



GBÒRÍN ONA

Direitos e caminhos
melhores para as mulheres
negras na Amazônia

Apresentação



A Associação dos Filhos e Amigos do Ilê Iya Omi Asé Ofá Karê – AFAIA – com apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos, apresenta os resultados do Projeto Projeto GBORÍN ONA- Direitos e Caminhos Melhores para as Mulheres Negras na Amazônia na tentativa de contribuir com um mundo melhor e uma sociedade mais justa para todos, principalmente as mulheres negras.

Apresentamos aqui os resultados das ações desenvolvidas sob a perspectiva de duas visões de mundo a partir da força motriz de mulheres de axé e mulheres quilombolas que sofrem o peso do racismo em várias situações de suas vidas.

Neste material pretendemos dar conta como foi o processo de instrumentalização para que possam ser agentes de transformação na defesa de direitos individuais e coletivos para a população negra, e o desenvolvimento de ações sociais que visavam dar atendimento emergencial com distribuição de cestas básicas e kits de higiene, produzidos na AFAIA. Os textos que se seguem são depoimentos, palestras e trocas de informações produzidas no curso Mulheres Agentes Transformadoras de Axé e nas rodas de conversa com estudantes universitários, quilombolas e juventude de terreiro e nas ações desenvolvidas durante a execução do projeto. E algumas informações sobre ações realizadas durante o período da quarentena provocada pela pandemia da COVID 19 em Belém, PA.

Não bastasse a violência contra si, a mulher negra também experimenta com maior intensidade a violência contra seus filhos, irmãos e companheiros, liderança na busca por justiça por filhos desaparecidos e assassinados pela violência, apelo pelo direito a decidir pelo próprio corpo, garantia de vida e acesso a saúde, educação de qualidade e o bem viver. É das mulheres quilombolas, ribeirinhas, indígenas o grito pelo acesso à terra. Foram as mulheres de axé por sua luta e resistência as organizadoras das comunidades de terreiro no final do século XIX, e ainda são a grande maioria das lideranças das comunidades religiosas. São essas mães da comunidade que trabalham, acolhem e dão suporte a conflitos em situações que aumentam a vulnerabilidade da mulher negra e sua família.

Portanto, a proposta da AFAIA é o fortalecimento de mulheres negras dentro de comunidades tradicionais de matriz africana - terreiro e quilombo - como agentes ativas na defesa individual e coletiva de seus direitos, tendo como base o Candomblé.

Edson Barbosa
Tania Monteiro
Marilu Marcia Campelo

Sumário

Apresentação	2
Eu não nasci negra, me tornei uma Mulher Negra!	5
A mulher na luta por direitos	6
Violência contra a mulher - Mulheres Agentes Transformadoras de Axé	8
Na roda das Iyás - Mulheres de Axé	11
A mulher e o racismo em tempo de pandemia	13
São direitos das mulheres	14
Sexualidade bem vivida e direitos reprodutivos: para começar a refletir	15
Nosso modo de ser	17
Olhando no espelho de Oxum – Trabalhando a autoestima	19
Quem tem axé preserva	21
Referências Bibliográficas	23
Denuncie, não silencie – mecanismos de proteção as mulheres	24

GBÒRÍN ONA

Direitos e Caminhos Melhores para
as Mulheres Negras na Amazônia



**Curso: Mulheres Agentes
Transformadores de Axé
De 06 a 09 de novembro**

Programação:

06/11 - Corpo, corporeidade e discursos de gênero

Prof^a. Me Joana Carmem Nascimento Machado

07/11 - Sexualidade bem vivida e direito reprodutivo

Prof^a. Me Gisele Barroso

08/11 - Violências contra a mulher

Prof^a. Me Psicóloga Flávia Câmara

09/11 - A mulher na luta por direitos

Advogada Darlah Santos

Dia 09/11 Atividade lúdica com os participantes

Horário: 09h às 17h

Local: Espaço Aurauara – AFAIA - Conj. Maguari,
Alameda 24, Nº 83 - Belém - PA

35

vagas gratuitas
e limitadas

Inscrições:

☎ 98132.0179 - 98128.5573

✉ afaiaong2@gmail.com

REALIZAÇÃO:



Fundo Brasil de
Direitos Humanos



Eu não nasci negra, me tornei uma Mulher Negra!!

Joana Carmem Machado

Professora Mestre

Duas questões de grande complexidade se apresentam nesta afirmativa, o ser negro/a e o ser mulher e uma mulher negra, isto porque, o ser negro em mim e para mim me permite aprender outras formas, subjetivações e outras narrativas deslocadas dos processos hegemônicos racistas que negavam minha negritude e por conseguinte, me apartavam de minhas raízes ancestrais, neste sentido, me coloco como um

corpo/mente que assimilou inicialmente a ideia de uma branquidade inventada/vivida e assim afirmo eu não nasci negra, me tornei negra pelas mãos da Teteka (in memoriam), da Maria Luiza, da Eneida e da Aparecida, minhas professoras de negritude! Tenho pele escura, nariz achatado, lábios carnudos e cabelos pixaim, tais características fenotípicas, cravam em meu corpo uma ideia “neurótica” de humanidade desumana, inferior, subalterna, ideia esta assimilada pelo meu pai que ao registrar meu nascimento perante o Estado, assinalou que se tratava de uma pessoa BRANCA.

E eu fui crescendo como uma pessoa branca, ou melhor, eu fui crescendo no que Fanon (2008, p.26) aponta como a “zona do não ser; uma região extraordinariamente estéril e árida” e por um longo período da minha existência, meu saber sobre mim estava habilitado a ver/ser o corpo/mente do branco textualmente posto na minha certidão de nascimento (“estéril”), porém desfrutei do benefício de realizar a descida a verdadeiros infernos, descobri que eu não era BRANCA, pela pacientemente via de ensinamento das mulheres negras do CEDENPA, que habilitaram meus olhos e ouvidos para os horrores de ser negro/a aos olhos do branco e ressurgir para a tomada de consciência política de um corpo/mente que tem um lugar político de relações, subjetivações e construções. Não foi fácil retirar as máscaras brancas da minha pele preta, pois não se tratava somente de um cabelo pixaim, da pele escura, tratava-se do lugar destinado àquele corpo, até então sem história, sem referências, sem sagrado. A partir do momento que a ficha caiu, eu senti dores horripíveis, dores no meu corpo, eu tremia quando entrava no ônibus e via todos me olharem com um incomodo infernal, a constatação da pele negra do meu corpo foi traumática, porém a vantagem de se estar na “zona do não ser” é que “um autêntico ressurgimento pode acontecer” e eu ressurgir negra e mulher negra pela ação das Mulheres Negras do CEDENPA, que me levaram a compreender que minha mente branca não conhecia meu corpo negro.

A mulher casada era considerada relativamente incapaz, situação que somente foi modificada com o Estatuto da Mulher Casada (Lei n. 4121/1962); Em 1980 que se começou a pensar em criar centros de autodefesa, para coibir a violência doméstica contra a mulher.

A primeira delegacia especializada no atendimento às mulheres só foi criada no Brasil em 1985. A lei Maria da Penha, que, segundo a ONU, é uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres só entrou em vigor em agosto de 2006.

O Superior Tribunal de Justiça - STJ decidiu que o sujeito passivo da violência doméstica é a mulher, já o sujeito ativo pode ser tanto o homem quanto a mulher, desde que fique caracterizado o vínculo de relação doméstica, familiar ou de afetividade. Importante também ressaltar que em outros julgados, o STJ reconheceu que a violência doméstica abrange qualquer relação íntima de afeto, dispensada a coabitação. Outra norma que trouxe importante proteção às mulheres em situação de violência foi a Lei 13.104/15. A lei alterou o artigo 121 do Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Alterou também o artigo 1o da Lei 8.072/90, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. O feminicídio é o assassinato de uma mulher apenas pelo fato de ela ser mulher, ou seja, é um crime praticado em razão do gênero.

É preciso termos em mente que lutamos pela denúncia das violências e crimes contra as mulheres. E que essa luta é permanente. Não dá de se falar em ascensão de direitos senão consideramos que todas as mulheres de todas as etnias forem contempladas social-juridicamente pelas políticas públicas lançadas à elas. Radialista o debate e essas políticas se faz mais do que urgente e necessário pois compreende-se que as mulheres negras ainda são as mais violadas em seus direitos.



Violências contra a mulher

Mulheres Agentes Transformadoras de Axé.



Flávia Câmara

Professora Mestre e Psicóloga

Por que falar de violência contra mulheres?

Você pode estar caminhando pela rua e ser assaltado ou pode ser vítima de um acidente de trânsito, esses são exemplos de violências as quais todos podemos ser vítimas. Contudo, homens e mulheres não têm as mesmas chances de serem violentados sexualmente, apanharem por não ter preparado a janta, serem diminuídos em função do seu gênero, ou seja, essas e outras práticas violentas atingem preferencialmente mulheres, sendo elas 68% das vítimas de violência (enquanto 32% são homens), tratando-se, portanto, de violências de gênero.

A maioria das agressões ocorrem dentro de casa (43,1%), por isso mesmo, em 2006 foi criada a Lei Maria da Penha (11.340/06) que implementa mecanismos de combate à violência contra mulheres no âmbito doméstico e familiar: “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Lei 11.340/06, artigo 5).

Considerando o perfil de quem pratica a violência, 32,2% dos atos são realizados por pessoas conhecidas, 29,1% por pessoa desconhecida e 25,9% pelo cônjuge ou ex-cônjuge. Portanto, são pais, irmãos, tios, primos, amigos, namorados, maridos, isto é, aqueles homens que conhecemos e não imaginamos que poderiam cometer algum tipo de violência. Mas, infelizmente, a sociedade é cruel e educa homens para serem violentos e agressivos e as mulheres para serem submissas. Mas isso não é saudável e nem natural!

Há 5 formas de violência contra a mulher:

- 1)** Violência física, quando há contatos contra a vontade da mulher causando-lhe lesões no corpo; como tapas, socos, pontapés, mordidas entre outros.
- 2)** Violência moral, quando são ditas palavras e acusações que difamam e caluniam a imagem da mulher; quando é acusada de traição sem provas, xingada de vadia, entre outros.
- 3)** Violência sexual, quando há toques no corpo e penetração sexual sob coação, chantagem ou à força, a exemplo do estupro, impedir o acesso a métodos contraceptivos, entre outros.
- 4)** Violência patrimonial, quando há dano aos bens e objetos da mulher.
- 5)** Violência psicológica, são aquelas que causam danos à autoestima, identidade e desenvolvimento das mulheres, pois atua na manutenção de sua inferioridade, a exemplo de insultos, humilhações, manipulação afetiva, entre outros.

Em 2015 foi agravada a pena para quem comete violência contra mulheres, que em sua forma mais aguda culmina na morte. Trata-se de um crime de ódio tipificado, assim, a partir da Lei 13.104/2015, isto é, denominado como feminicídio. Essa forma de assassinato não constitui um evento isolado e nem repentino ou inesperado, ao contrário, faz parte de um processo contínuo de violências contra a mulher.

Ainda assim, lidamos com altas taxas de violências contra mulheres e toda sociedade precisa fazer frente a essas práticas, que seguem acontecendo de forma naturalizada por meio de músicas, piadas, publicidade, invisibilizações e outras concessões que permitem ainda que inconscientemente as violências permaneçam.





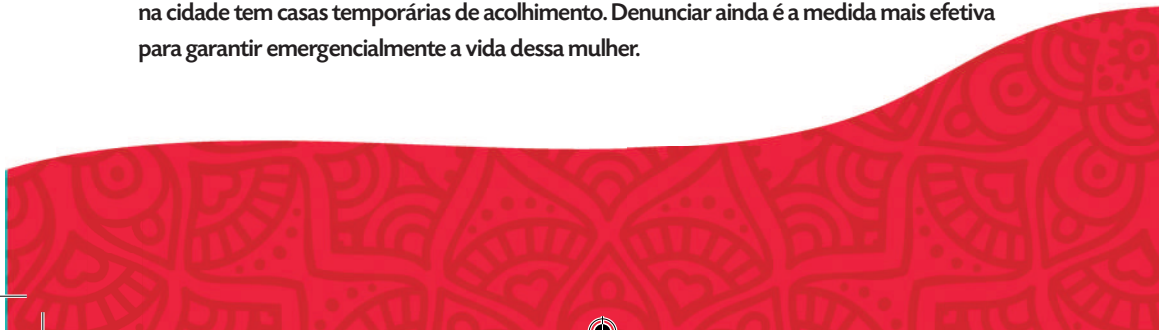
Mulheres plurais e a violência

É preciso que cada vez mais se consiga perceber que somos diferentes e com necessidades diversas: são mulheres pobres, mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres de terreiro, mulheres quilombolas, mulheres cristãs, etc, que podem estar mais ou menos suscetíveis às violências sociais.

Em se tratando de violências domésticas, segundo os dados da ONU Mulheres e da FLACSO de 2015, houve um aumento no feminicídio de mulheres negras de 54,2% em 10 anos, enquanto houve uma diminuição de 9,8% entre mulheres brancas, ou seja, morrem mais mulheres negras vítimas da violência de gênero do que brancas. Logo, as políticas públicas e os agentes transformadores devem levar esses dados em consideração, pois são frutos de uma história de escravidão e racismo que se atualizam ao longo do tempo, colocando a população negra, em particular, as mulheres negras em desvantagens.

Para quem pedir ajuda se presenciar violência contra mulher?

Nenhuma mulher gosta de apanhar, o que existe são mulheres que precisam de cuidados e orientações para romper com o ciclo de violência que vivenciam. Garantir a segurança dessa mulher e seus filhos é o primeiro passo, isso significa recorrer aos órgãos oficiais como o Disk Denúncia - 180, encaminhá-la à Delegacia da Mulher, pedir medidas protetivas, procurar saber se na cidade tem casas temporárias de acolhimento. Denunciar ainda é a medida mais efetiva para garantir emergencialmente a vida dessa mulher.





Na roda das Iyás Mulheres de axé.

Marilu Campelo

Professora Doutora

O papel e a importância das mulheres propagadores de axé é notado e valorizado tanto por pesquisadores como por adeptos dos terreiros em todo o país. Esse papel é perceptível na formação e consolidação dos terreiros do século XIX, marcado pela luta das quituteiras – “escravas de ganho - na compra de alforrias de homens e mulheres negras durante o período escravocrata, pois além de trabalharem para enriquecer os seus senhores, conseguiam guardar moedas – capital para contribuir com as irmandades secretas, que comprovam as ditas “cartas de alforrias” e assim reorganizar a famílias e seus cultos. É também marcado por recriações em cima das filosofias africanas, bases cosmológicas onde deuses representam faces do feminino e na organização interna dos terreiros que determinam cargos especiais. No século XX e XXI, essas mulheres, como grandes mães, continuam suas lutas como figuras públicas e retomam as lutas do tempo da consolidação dos terreiros em luta por políticas públicas, reconhecimento e respeito. Essa mesma perspectiva permanece nos terreiros atuais: mulheres fortes, que assumem sua negritude e se tornam lideranças em busca de políticas públicas para o povo de terreiro em Belém e em todo o país.

A Rodas Yás é uma metáfora para falar do papel e do lugar da mulher dentro das religiões de matriz africana no Brasil, particularmente o Candomblé.

Os mitos e lendas africanas preservados na memória dos adeptos dos terreiros falam de muitas referências as mulheres como detentoras de um grande poder, porém esse poder deve ser controlado por seus excessos. A mitologia aponta diversas vezes, por meio da tradição oral, as estratégias de insubordinação que as mulheres podem lançar mão como mecanismos de sobrevivências e como respostas necessárias à nova realidade que se impunha a mulher negra. A importância da mulher tanto no ritual das religiões de matriz africana no Brasil, quanto na sustentação da vida social da família, tem motivos históricos, marcado pelo papel das quituteiras portadoras do axé na compra de alforrias de homens e mulheres negras durante o período escravocrata.

Eram mulheres, filhas de Orixás, Inkices e Voduns chamadas de “escravas de ganho”, pois além de trabalharem para enriquecer os seus senhores, conseguiam guardar moedas – capital para ontribuir com as irmandades secretas, que comprovam as ditas “cartas de alforrias”. Tão

logo se tornavam libertas, essas mulheres se transformavam em senhoras de escravos também reproduzindo os valores hierárquicos e de status da Brasil oitocentista. Não raro, esses escravos também eram utilizados nos serviços religiosos e nas viagens de trocas entre o Brasil e o continente africano (CASTILLO; PARÊS, 2007; JOAQUIM, 2001 e MOURA, 1995).

A mulher negra, após a “abolição da escravidão”, viu-se frente a uma estrutura social onde o homem negro, aliado do mercado de trabalho, expropriado de sua força de trabalho e marginalizado por sua condição racial já não podia manter o núcleo familiar como outrora. A liderança religiosa dessas mulheres representou algo inusitado em uma sociedade que seguia o modelo patriarcal (CARNEIRO; CURY, 2008). Diante deste quadro a mulher negra assume a responsabilidade de encontrar alternativas de sobrevivência da família, em última instância, para a sobrevivência do grupo em um mundo onde o restam tarefas mais marginalizadas ao homem negro. Neste contexto, a mulher negra tomará a si a responsabilidade para manter a unidade familiar, a coesão grupal e preservar as tradições culturais, particularmente as religiosas. Essa foi toda a base de construção dos Candomblés.

Na cosmovisão do Candomblé a mulher, o feminino tem papel de destaque para fornecer a mulher um modelo onde ela poderá se enxergar, se construir como provedora de uma comunidade. Não raro considera-se o papel de uma liderança feminina associado diretamente ao Orixá que a protege.





A mulher e o racismo em tempo de pandemia

Waldirene Castro

*Professora Especialista em Políticas Educacionais
e Educação para Relações Étnicas-Raciais*

Falar de racismo é algo que não causa estranhamento para nós (homens e mulheres pretas/os e brasileiras/os não declaradas/os de cor), uma vez que o país foi forjado por um projeto hegemônico do patriarcado. Estruturado ao clero feudal que corrobora ainda hoje com a perpetuação do domínio e tutela da mulher, concomitante ao exercício da idéia de inferiorização do sujeito feminino nos deparamos com variados fatores

de violência contra gêneros.

Em tempos de pandemia, há uma potencialização nas ações racistas considerando o efeito de confinamento, casos de agressões e atentados a seguranças de pessoas vulneráveis ao racismo, as mulheres são mais suscetíveis ao ato de violência domésticas por parte de seus parceiros, bem como as pessoas que se auto declaram trans. Observa-se que os destaques nos noticiários são ataques contra, na grande maioria a negros e negras jovens.

A sociedade foi construída sobre bases culturais de dominações classista do capital, reflete nos dias de hoje coisificando, normatizando atos criminosos contra mulheres pretas acarretando danos irreparáveis. Obrigando dê de então a contra por a tudo isso, a organização das frentes de luta, quando surgem os manifestos e até aqui a construção da Lei Maria da Penha, tendo como instrumento a referida lei não significa o relaxamento da violência, mas o vislumbre de casos.

Como sabemos, a questão de gênero aborda a invisibilidade da mulher no mercado de trabalho, baixo salário referente ao do homem, dupla jornada de atividades, negação de direitos já conquistados e o agravamento dos atos de racismo quando está mulher é preta e jovem por vir à naturalização do machismo cultivado na sociedade, tendo a mulher negra como um objeto sexual.

Considerando os fatores da mulher na sociedade, As Tucandeiras uma ONG formada por Quilombolas no município de Moju-Pá, lutam contra a hegemonia capitalista e têm como horizonte o que diz Conceição Evaristo, " No Brasil eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer!". Seguem enfrentando o poder do capital instalado sobre a égide do racismo estrutural, unido-se a outras frentes de luta que convergem a bandeira de fortalecimento mutuo, movimentos identitários que representam a força ancestral do negro, híbrido a cosmologia da natureza humana, destacando forças e ocupação nos locais de direito.

Pessoas empoderadas na sociedade que temos, pois apesar do racismo insistentemente determinar o papel social, político, econômico, acadêmico e profissional de mulheres negras na sociedade. Esse empoderamento, passando a ser um incômodo ao fascismo, o não silêncio, o não aceitar com naturalidade o racismo operante e a teoria de inferiorização do negro que sustenta atos do racista sistêmico no Brasil. Traz átona reações diversas dos gestores do racismo, que assustados não conseguem barrar os manifestos ocorrido no mundo que paulatinamente o Brasil vem experimentando ao longo de todo o processo de sua construção. É fato que deixamos de ser mercadoria, mas, ainda sujeito a objeto de produção de riquezas da sociedade capitalista embranquecida culturalmente ao longo de sua trajetória.

São Direitos das Mulheres

- Direito à vida;
- Direito à liberdade e a segurança pessoal;
- Direito à igualdade e a estar livre de todas as formas de discriminação;
- Direito à liberdade de pensamento;
- Direito à informação e a educação;
- Direito à privacidade;
- Direito à saúde;
- Direito a construir relacionamento conjugal e a planejar sua família;
- Direito a decidir ter ou não ter filhos e quando tê-los;
- Direito à liberdade de reunião e participação política;
- Direito à não ser submetida à tortura e maus tratos;
- Direito à saúde e programas de saúde coletiva;
- Direito à políticas públicas



Sexualidade Bem Vivida e Direitos Reprodutivos: pra começar a refletir

Gisele Barroso

Professora Mestre

Falar sobre sexualidade bem vivida exige muito mais do que simplesmente explicar sobre as várias formas que a sexualidade se manifesta e se mostra no mundo atual. Exige que façamos uma reflexão sobre os corpos, sobre os indivíduos, sobre os poderes que habitam e agem naquele e perante o corpo que, antes mesmo de viver uma sexualidade, precisar se entender como sujeito social, para enfim começar a refletir sobre os impactos que sua sexualidade pode trazer para sua vida.

Exige um entendimento de que o corpo sempre esteve além da fisiologia e anatomia, e que este não está apenas atado ao privado ou ao ser individual, mas também vinculado integralmente ao lugar, ao local, ao social, ao espaço público. É preciso entender que sobre o corpo atuam demarcações que dizem respeito ao Estado, a comunidade, a família, a religião, ao mercado, às forças fundamentalistas.

Demarcações que deixam cicatrizes permanentes no desenvolvimento social, cultural, pessoal e político dos corpos que transitam entre esses meios, tentando situar-se como "indivíduo". Mas o que faz desse corpo, um indivíduo? Simone de Beauvoir, em sua frase histórica, em *O segundo Sexo* (1949) instiga "não se nasce mulher, torna-se". Mas, o que é preciso fazer para um corpo, tornar-se enfim, mulher, homem, ambos ou nenhum?

O corpo é transpassado por uma série de imposições e regras, valores e avaliações, desde antes de nascer, até depois de morrer. Antes de nascer, os corpos são julgados e avaliados de acordo com as genitais, patologias, fenótipos e genótipos. No decorrer da vida, a partir do primeiro choro e da primeira respiração, imposições sociais, éticas, étnicas, religiosas e afetivas perpassam por esse corpo, determinando quem, quando e como este deve se portar, agir, falar, andar, se relacionar.

É de suma importância entender o valor e peso do gênero, visto que vivenciamos uma sociedade patriarcal, que subjuga, fetichiza e diminui o gênero feminino, assim como toda e qualquer manifestação de gênero e sexualidade que não seja condizente com o discurso aplicado por essa política vigente, agindo direta e indiretamente na forma como a sexualidade destas se manifesta. Desde 1970, os estudos feministas vêm trazendo um contraponto para a política tradicional.

Viver uma sexualidade bem vivida perpassa por inúmeros manifestos e especificidades, perpassa por uma luta de poder, por um entendimento de corpo político, perpassa pelo sentido de amor, não tão somente romântico e afetivo, mas também político e de resistência. É lutar contra os valores estabelecidos e impostos por uma sociedade machista, misógina, patriarcal, heterocisnormativa. É compreender que, a partir do momento que o corpo se entender como indivíduo político, social e dono de si, o mundo ao redor se torna mais voraz, mas também mais libertador e revolucionário.





O nosso modo de ser

Edson Catendê

Babalorixá

O Candomblé é uma das religiões mais antigas do mundo. Segundo os grandes historiadores, os primeiros seres da terra são de origem africana. Se formos analisar as Escrituras Sagradas, veremos que a ideia de concepção dos primeiros seres vivos ocorre na região do Egito, Mesopotâmia, Jardim do Éden, etc., estas regiões geograficamente estão inseridas no continente africano.

Não precisa perguntar porque nós não aprendemos estas coisas na escola. O Candomblé como religião foi a base de diversas outras religiões, servindo em alguns casos, com seus elementos estruturais para fundamentar princípios norteadores de fé e de relação com o universo. O Candomblé traz como base dinâmica a constante transformação dos seres e das coisas, direcionando sempre para o equilíbrio. A natureza é viva, interage com tudo e com todos.

Se transforma e se molda para perpetuar as suas espécies. O poder está inserido em todos os elementos do universo, de forma que cada ser tem as suas especificidades e estruturas específicas que facilitam a utilização destas forças para que possam gerar a energia necessária ao equilíbrio dinâmico. Por mais independente que sejam, as organizações só são permitidas se houver a compreensão da necessidade do respeito da existência e participação do outro. O culto as Divindades da Natureza e a relação que vincula todos os seres ao elo da vida, em todas as instâncias do universo, é uma das lições mais eloquentes das religiões de matrizes africanas. Infelizmente esta filosofia foi pouco adotada por outras no liame entre os seres como a fé e a racionalidade. Criando assim uma visão egoísta de mundo, de poder, com a pretensão incólume de Dominar.

As relações humanas passaram a ser pressupostos de dicotomia, de disputa e dissabores inexplicáveis, embora não questionadas pela maioria das pessoas. Você que está lendo este texto poderia questionar para que tantas palavras, tantos pensamentos para falar sobre o Candomblé? Existem e existirão modelos que não poderão ser utilizados como forma de divisão, exclusão, etc. e o Candomblé é uma religião que traz modelo, que não é apenas social, espiritual e material e tem como princípio o equilíbrio dos seres e das coisas. Isto quer dizer que a diversidade de seres e elementos que compõem todo o universo, fazem parte de uma energia que é de todos, para todos,



ao mesmo tempo dependendo e satisfazendo a todos. A diversidade de poderes doa a cada ser o seu foco, que não poderá jamais estar alijado do foco universal.

É parte de um todo que construímos, que destruímos, que alimentamos, que transformamos. Nada acontece por acaso. Tudo flui dentro de uma contextualização encaminhada pelos movimentos dinâmicos, pelas diferenças, pelas equidades. O Orixá é o ar que respiro, é a terra que piso, que aro, a água que bebo, que banho e que choro, neste interim elos e ramificações que permeiam ligações materiais e espirituais, psíquicas e corporais. O “cuidar do outro” é também cuidar de mim. O ensinar ao outro é recordar e interagir com tudo o que foi permitido aprender, é a dinâmica salutar que faz com que o universo se movimente de acordo com as ações que possibilitem sempre o equilíbrio de todos. Nascer, morrer, viver, mudanças necessárias que permitem a nossa sobrevivência. Os espaços existentes no universo denominados pelos homens são apenas fluxos de energias diferenciadas, interligadas e regidas pelo espaço temporal. A visão de mundo eurocentrista conseguiu de certa forma manipular o pensamento de muitos intelectuais do mundo, principalmente no período em que a igreja ditava as normas e os princípios balizadores e definidores do homem e as suas relações com os próprios homens e com outros seres.

Esta teoria conseguiu por algum tempo quebrar todas as visões de convivências dos homens com a diversidade que o cercava. O homem, o único ser racional, capaz de pensar, decidir, edificar, modificar tudo ao seu bel prazer.

Vieram as guerras pelo poder, o desprezo com os elementos que fazem parte da natureza, a exploração de homens por outros homens, a escravidão, a depredação. Enfim nada se consolidou de fato. O mundo parou, parou para pensar, parou para refletir e as coisas começaram a tomar outros rumos. Por quê? A natureza fala, os seres se mobilizam e se transformam para que o equilíbrio nunca possa estar distante. O novo modelo já pensa em solidariedade, soberania, parcerias, trocas, respeito e direitos.

As Religiões de Matriz Africana (Candomblé, Umbanda, Mina Nagô, Mina Gêge, Xambá, Xangô), podem e têm contribuído bastante para que o mundo se veja em outras dimensões. Dimensões heterogêneas incluídas na homogeneidade de que somos.





Olhando no Espelho da Oxum

Trabalhando a
autoestima

Você sabia que a autoestima é o sentimento e a opinião que cada pessoa tem de si mesma?

Pois é, é na infância, no contato com o outro, que construímos ou não a nossa reelaboração de uma nova consciência que é capaz de mudar o processo cruel de uma sociedade desigual que não nos estimula e nem respeita. O processo psicológico é um dos aspectos mais importantes da autoestima, pois conduz as relações interpessoais. As formas como nos relacionamos com o outro em muitas situações geram falsos valores. Então o caminho para a construção da auto-estima está calcado em uma sociedade mais justa e igualitária no reconhecimento e valores de cada indivíduo como um ser essencial.

Se as mulheres negras foram postas em lugares considerados secundários, de menos valor, onde pouco ou quase nada podem, junto a uma cultura de obediência e submissão, como poderão ter autoestima? Como poderão concordar que a tão falada igualdade existe? Atualmente, a ideia de autoestima vinculada ao consumismo alimenta um sistema perverso que desrespeita o ser humano e a natureza e, que geralmente, é para agradar o outro ou viver de aparências. Que autoestima é essa onde as mulheres passam a ser enfeites e objetos, e ainda, concorrentes entre si?

Sabemos que a autoestima vinculada ao consumismo alimenta um sistema perverso

que desrespeita o ser humano e a natureza e, que geralmente, é para agradar o outro ou viver de aparências. Sabemos que a autoestima vem do nada. Ela é construída e precisa de condições objetivas, não é um faz de conta. Arrumar o cabelo, pintar as unhas, passar batom faz parte da vida de mulheres, mas não é isto que define que uma mulher é ou está feliz. A autoestima tem a ver com as relações e papéis estabelecidos entre as pessoas e destas com o meio onde vivem ou são submetidas a viver.

No caso da mulher negra no Brasil, esse processo é muito mais difícil. Esse processo se inicia na infância e na adolescência onde a falta de representatividade na construção de sua personalidade é preponderante. A menina negra não entende porque seu cabelo não é liso, porque ele é chamado de ruim, porque ela é chamada de feia ou por nome de animais. E esses marcas vão se ampliando na adolescência, momentos de viver a sexualidade, o namoro ou simples companheirismo onde meninas negras ficam em planos secundários.

A mídia, as revistas, os padrões de beleza supervalorizam o padrão eurocêntrico impondo uma não representatividade à mulher negra. Representatividade, essa é a grande base para a construção positiva da autoestima da mulher negra. Detalhes onde o racismo impera.

Entretanto para que a autoestima da mulher negra se eleve, ela precisa trabalhar essa ideia dentro dela, a partir de ações simples e cotidianas.

Compre um espelho e siga o exemplo de Oxum. Olhe seu corpo inteiro. Chega de se olhar só do pescoço para baixo. A auto-

aceitação é o melhor caminho para você adquirir autoconfiança. Aprenda a se conhecer para fazer as melhores escolhas em sua vida assim viver bem consigo mesma. Você não está sozinha, você carrega a força de seus ancestrais e é seu dever não abaixar a cabeça nunca. Seja linda, poderosa e maravilhosa.



Quem tem axé preserva!

Saudamos os mais velhos,
saudamos os mais novos!



Precisamos nos reinventar como seres humanos seguindo uma direção mais colaborativa e solidária.

As comunidades de terreiro são comunidades baseadas na cooperação, na família e na troca de energias zelando por seu povo. A responsabilidade pela comunidade é coletiva portanto, a garantia de bem estar para seus filhos, amigos e simpatizantes é uma prioridade. Precisamos nos cuidar e cuidar de irmãos que tem poucos recursos e daqueles mais vulneráveis, para que não precisem sair de casa, sem perder a tradicionalidade do terreiro: um lugar de acolhimento e de portas abertas, do respeito aos ancestrais, aos valores de generosidade e solidariedade e o conceito amplo de família e uma relação mais próxima com a natureza. Os povos de matriz africana estão situados, em sua grande maioria, nas periferias, nas regiões mais pobres. E esses terreiros dão assistência às famílias mais pobres desses territórios. Neste momento, o cuidado com os mais vulneráveis deve ser maior.

A AFAIA em parceria com o FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS realizou uma ação emergencial de apoio as populações mais vulneráveis, durante a pandemia do novo corona vírus, com o projeto “QUEM TEM AXÉ PRESERVA” com a distribuição de 100 cestas básicas de alimentos e 100 cestas de higiene e limpeza para famílias carentes e/ ou em situação de risco de comunidades de terreiro parceiros, comunidade Quilombolas, e bairros na zona metropolitana de Belém (Bairros de: Icoaraci, Outeiro, Coqueiro, Tenoné, Pedreira, Terra Firme, Batista Campos, Jurunas e Cremação; Cidades da Zona Metropolitana: Ananindeua, Marituba, Benevides, Castanhal e Santa Bárbara; territórios Quilombolas no município de Acará (Itancoã) e Moju (Jambuaçu) no período de junho e julho de 2020.

Cada cesta básica de alimento contém: 2 kg de açúcar, 2 kg de arroz, 2 kg de feijão, 1 kg de farinha, 2 pacotes de macarrão, 2 latas de sardinha, 200 gramas de charque, 250 gramas de café, 250 gramas de margarina e 2 garrafas de óleo e 01 frango congelado inteiro. A cesta básica de limpeza e higiene contém: 2 litros de água sanitária caseira, 1 litro de detergente líquido caseiro, 1 litro de desinfetante caseiro, 200 gramas de sabão em pasta ou em barra caseiro e 2 sabonetes de 90 gramas e 06 máscaras de tecido de algodão. Os produtos químicos que compuseram a cesta de higiene e limpeza foram confeccionados pelos colaboradores voluntários da AFAIA, sobre a responsabilidade Técnica do Químico Edson Barbosa, com exceção dos sabonetes que são industrializados. As máscaras foram confeccionadas pelas mulheres do Axé da nossa comunidade.

A cestas foram entregues no domicílio das Lideranças de Terreiros e Lideranças Quilombolas que foram responsáveis pela distribuição às famílias carentes das suas comunidades. Em toda a entrega foi adotada medidas preventivas pela equipa envolvida, usando máscaras, luvas e álcool em gel e álcool 70%, adotando o distanciamento mínimo para evitar qualquer forma de contágio e transmissão do vírus.

**Esse é o nosso
modo de dizer que
somos povos de
axé, que cuidamos
uns dos outros.
Cuidar e Proteger.**



Referências Bibliográficas

BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo: A Experiência Vivida. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

CAMPELO, Marilu. Nas rodas das Iyas, mulheres propagadoras de axé. Liderança, movimento social e sagrado feminino no terreiro de candomblé. Anais do II SIALAT – Seminário Internacional da América Latina: políticas e conflitos contemporâneos, de 27 a 29 de novembro de 2017. Belém, UFPA, 2017. Disponível em: <https://sialat2017.com/2017/11/29/anais-do-sialat-2017/>

CARNEIRO, Sueli; CURY, Cristiane. O poder feminino no culto aos Orixás. Guerreiras da natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente. Elisa Larkin Nascimento (org.). São Paulo: Selo Negro, 2008.

CASTILLO, Lisa Earl; PARÈS, Luis Nicolau Parès. Marcelina da Silva e seu mundo: novos dados para uma etnografia do candomblé keto. Afro-Ásia n 36, 2007 (pg. 111- 151).

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. (Org). A produção do viver. São Paulo: SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 2003.

FANON, Frantz. Pele negra máscaras brancas. 1 edição. Salvador: EDUFBA, 2008.

JOAQUIM, Maria Salete. O papel da liderança religiosa feminina na construção da identidade negra. Rio de Janeiro: Pallas; São Paulo: EDUC, 2001

MOURA, Roberto. Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Funarte/INM/ Divisão de Música Popular, 1983.

SCAVONE, Lucila. Nosso corpo nos pertence? Discursos feministas do corpo. Niterói, v. 10, n. 2, p. 47-62, 1. sem. 2010.

SONA (guia) do Direito das Mulheres. (Orgs). ACACIO, Mara Silvia Jucá et ali. 1 edição. AFAIA/ Projeto IYá Yonú/ Secretaria de Políticas para as Mulheres/ Governo Federal /PA, 2010.

Denuncie Não Silencie! ***Telefones úteis***

Denúncia nacional contra a violência sexual de crianças e adolescentes
DISQUE 100

Central de atendimento à mulher
DISQUE 180

Delegacia Virtual do Estado do Pará
www.delegaciavirtual.pa.gov.br

Delegacia Especial no Atendimento a Mulher - DEAM
Tel.: (91) 3246-4862
Tv. Vileta, nº 2914 - Marco (entre Av. João Paulo II
e Av. Almirante Barroso)

Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos/ Defensoria Pública
Tel.: (91) 3222-8266

Rua 28 de Setembro, nº 1177 – Reduto (entre Av. Doca
de Souza Franco e Tv. Quintino Bocaiúva)

Núcleo de Atendimento Especializado da Criança
e do Adolescente/Defensoria Pública
Tel.: (91) 3201-2723

Delegacia de Combate aos Crimes Discriminatórios e Homofóbicos - DIOE
Tel.: (91) 3212-3626

Rua Avertano Rocha, nº 417 - Cidade Velha

APOIO:



REALIZAÇÃO:

